

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 25.05.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS 1.º CICLO

4.1. Escola de Figueiró do Campo

- Adjudicação

4.2. Escola de Cotas/Freg. de Pombalinho

- Adjudicação

4.3. Escola de Vila Nova de Anços

- Adjudicação

Ponto 5. **CULTURA**

. ESPAÇO INTERNET/WIRELESS

. Aquisição de Equipamento Informático

- Adjudicação

Ponto 6. **HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. CASAS MORTUÁRIAS – DAS PARÓQUIAS OU INSTITUIÇÕES

- Apoios ao Investimento // 2006 (2)

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

Ponto 7. **PROTECÇÃO CIVIL**

- . GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
  - Acordo de Colaboração

Ponto 8. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2006
- . Aluguer de Stand's - FATACIS
  - Adjudicação

Ponto 9. **CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO**

Ponto 10. **DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS**

- . Programa Foral
  - Aprovação de Candidaturas

10.1. **PROJECTO “DIQUAL QASST”**

- . Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente E Saúde e Segurança no Trabalho
  - Termo de Aceitação

10.2. **PROJECTO “SIG”**

- . Implementação do Sistema de Informação Geográfica
  - Termo de Aceitação

Ponto 11. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente iniciou a reunião, informando que o Senhor Vereador Prof. Fernando Manuel Ribeiro Martinho não iria estar presente, por motivo justificado.

O Senhor Presidente continuou, dando nota que: “no período que decorreu entre a última reunião e a de hoje, a Câmara Municipal fez-se representar nas diferentes iniciativas que ocorreram no Concelho ligadas, designadamente, à Educação, Cultura, Desporto e Acção Social.

De acordo com as informações dos técnicos que fiscalizam os investimentos públicos em curso, constata-se que estão a decorrer com normalidade.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “informar que já foram demolidas quatro casas do Bairro Pré-Fabricado durante o mês de Setembro e na primeira semana de Outubro vamos demolir mais quatro. Todo este processo está a decorrer com muita calma, serenidade, acompanhado pela equipa que, neste momento, prepara e faz esta intervenção.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 1 de Setembro estive no Ministério da Economia, em representação do Senhor Presidente da Câmara, na tomada de posse do Senhor Presidente da Região de Turismo do Centro, o Dr. Pedro Machado.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “gostaria de fazer um ponto da situação sobre a abertura do Ano Lectivo 2006/2007. Os dados de que disponho, neste momento, da População Escolar no Concelho são os seguintes: ao nível da Educação Pré-Escolar vamos ter 253 alunos oriundos dos 13 Jardins de Infância; 228 alunos das 5 IPSS's; 789 alunos do 1.º Ciclo que frequentarão 24 Escolas; do Agrupamento de Escolas de Soure temos 228 alunos do 2.º Ciclo, 349 do 3.º Ciclo e 257 do Ensino Secundário.

Relativamente ao Instituto Pedro Hispano, 184 alunos do 2.º Ciclo, 170 do 3.º Ciclo, 156 do Ensino Secundário e do INTEP 64 alunos.

Neste momento, temos um total geral de 2.568 alunos, é evidente que este é um primeiro levantamento, há por vezes algumas oscilações, transferências... mas estes são os números que nos foram dados pelos Estabelecimentos de Ensino do Concelho.

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

Relativamente ao início das aulas, o Agrupamento de Escolas de Soure, que neste momento engloba do Pré-escolar ao Ensino Secundário, terá início no dia 15 de Setembro para todos os níveis de ensino e neste primeiro dia haverá uma recepção aos alunos e encarregados de educação que decorrerá apenas no período da manhã; no dia 18 de Setembro, já funcionará para todos os níveis de ensino o horário normal; há Professores em todas as Escolas do 1.º Ciclo e Educadores de Infância em todos os Jardins de Infância, faltam apenas 10 professores por colocar no Agrupamento de Escolas de Soure ao nível do 2.º Ciclo ao Secundário.

O Instituto Pedro Hispano fez o seu arranque do Ano Lectivo no dia 11 de Setembro com o ensino recorrente; no dia 14 de Setembro, hoje, decorreu a recepção aos alunos de 5.º, 7.º, 9.º e 10.º anos, no dia 15 de Setembro já decorrerão as actividades com horário normal para todos os níveis de escolaridade.

Quanto ao INTEP haverá uma recepção no dia 15 de Setembro e o horário normal começará no dia 18 de Setembro.

Portanto, de forma genérica, no Concelho de Soure o arranque do Ano Lectivo decorrerá dentro daquilo que está definido no calendário escolar.

No que diz respeito ao Serviço de Apoio à Família, todo este processo arrancará no dia 18 de Setembro, isto é, haverá transportes para todos os níveis de ensino. Este ano tem que haver uma maior articulação ao nível dos transportes devido às Escolas que encerram; está garantido o transporte para todos esses alunos que serão encaminhados para as escolas de acolhimento.

Terá início também o Serviço de Almoços para os Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo; este serviço efectuar-se-á em doze dos treze Jardins de Infância e em oito Escolas do 1.º Ciclo.

Relativamente ao Prolongamento de Horário também se efectuará em nove dos treze Jardins de Infância de acordo com o levantamento ao nível das necessidades da família.

No que se refere às Actividades de Enriquecimento Curricular recebemos um ofício da Direcção Regional de Educação do Centro que nos informa que, em termos processuais, o Acordo de Colaboração que estabelecemos com o Agrupamento de Escolas de Soure foi aprovado e que deveríamos dar início a todo o processo para que não houvesse constrangimentos no arranque do Ano Lectivo. Assim procedemos e no dia 18 de Setembro já terão início estas Actividades de Enriquecimento Curricular, isto é, Música, Actividade Física e Desportiva e Apoio ao Estudo para todos os alunos do 1.º ao 4.º ano e Inglês para todos os alunos do 3.º e 4.º. Estas actividades decorrerão no período entre as 15h30m e as 17h30m. Apenas numa Escola do Concelho, que tem horário duplo, haverá actividades entre

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

as 10h00m e as 10h50m. Já há professores para todas as áreas, apenas faltam dois professores de Educação Física e três de Música. Este programa implica também uma organização rigorosa ao nível dos transportes, uma vez que há sete Escolas que se irão deslocar para outras Escolas, naqueles casos em que o número de alunos não justificava a formação de uma turma. Esses transportes serão efectuados pela Autarquia e também através de Acordos de Cooperação, quer com IPSS's, quer com Juntas de Freguesia, como aliás está definido no Acordo de Colaboração que subscrevemos como o Agrupamento de Escolas de Soure.

Já no que se refere às Auxiliares de Acção Educativa, também no dia 18 de Setembro terá que haver Auxiliares em todas as Escolas do 1.º Ciclo, entre as 15h30m e as 17h30m, para acompanharem os alunos nos períodos de recreio e em que não há actividades. Essas Auxiliares pertencem à Autarquia, ao Agrupamento de Escolas de Soure, às IPSS's e às Juntas de Freguesia, no âmbito de Acordos que também estão previstos no Protocolo subscrito com o Agrupamento de Escolas.

É evidente que nesta primeira semana ocorrerão ajustes, pretendemos que tudo decorra da melhor forma mas temos a noção perfeita de que é um programa ambicioso e que vai, naturalmente, requerer alguns ajustes ao longo do ano.

Têm decorrido algumas reuniões entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Soure, no sentido que tudo decorra da melhor forma. Elaborámos também uma informação a todos os Encarregados de Educação a esclarecer esta nova situação relativa ao funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular.

Tenho participado também nas reuniões com todos os Jardins de Infância onde estão sempre presentes os pais, Encarregados de Educação, os Educadores, um elemento do Agrupamento de Escolas de Soure; nessas reuniões são dados todos os esclarecimentos relativamente ao Serviço de Apoio à Família; são entregues os livros que adquirimos durante a Feira do Livro integrada na Semana do Livro e da Cultura como estímulo à continuidade do Programa Integrado de Promoção da Leitura; durante a próxima semana será entregue um computador, uma impressora multifunções e software educativo em todos os Jardins de Infância, no âmbito da Candidatura aprovada ao POSI para a aquisição de equipamento informático para os Jardins de Infância

Têm decorrido diversas reuniões com as IPSS's do Concelho no sentido de se acertar todas estas questões relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular e há toda uma articulação ao nível dos transportes com o Senhor Chefe de Gabinete Américo Nogueira.

Gostaria ainda de referir que decorreu no dia 13 de Setembro uma Acção de Formação a que chamámos "*Serviço de Apoio à Família - Gostar de Estar*", que foi

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

dinamizada pelas técnicas do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal e o público alvo foram as Auxiliares de Acção Educativa que exercem funções no Serviço de Apoio à Família, quer as que pertencem à Autarquia, quer as que pertencem às IPSS's com quem temos protocolo. Participaram catorze Auxiliares e esta Acção de Formação foi, acima de tudo, extremamente prática, também com alguma componente teórica no que se refere à informação sobre características próprias e específicas das crianças dos três aos dez anos. Foram abordadas duas vertentes distintas: uma relativamente à hora de almoço como se comportarem e reagirem durante esse período com as crianças; e a outra mais direccionada ao prolongamento de horário em que as crianças fazem, por exemplo os trabalhos de casa e depois as Auxiliares desenvolvem jogos, actividades práticas com elas, uma vez que este período é, acima de tudo, para que elas possam brincar com aquilo que é próprio para a sua idade e aquilo que, certamente, estariam a fazer em casa caso a família as pudesse acompanhar.

O *feedback* que temos das Auxiliares é que gostaram imenso de participar e solicitaram que decorressem outras Acções de Formação. Assim, é nossa intenção, ao longo do ano, vírmos a organizar outras acções. As técnicas do Gabinete de Acção Social irão passar pelos locais de trabalho das Auxiliares, quer no período de almoço, quer no Complemento de Horário, não por uma questão de avaliação ou de vigilância mas, sobretudo, uma questão formativa de as poderem acompanhar ou auxiliar, por forma a que elas possam desenvolver um bom trabalho e que, tal como diz o título da acção “que elas gostem de estar” e que as crianças gostem de estar neste serviço, neste período em que não estão em casa com a família.

No dia 11 de Setembro, teve início o Ano Lectivo da Casa da Criança. Realizou-se uma recepção aos pais Encarregados de Educação onde se abriram as portas à família e foram convidados, naturalmente, a conversarem, a falarem, a articularem esforços e acções com as Educadoras, com as Auxiliares que diariamente estão com os seus filhos; visitaram as salas onde eles irão passar parte do dia, uma vez que a Casa da Criança está aberta entre as 8h00m e as 18h00m; foram informados ainda sobre o funcionamento e o plano de actividades a desenvolver durante o Ano Lectivo. Neste momento, estão inscritas 91 crianças: 41 na valência Creche e 50 na valência Pré-escolar; este ano temos mais crianças de nível etário mais baixo e não temos lista de espera.”

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente à Acção Social/Urbanização e Urbanismo, nunca será demais repetir que este processo de demolição de casas acompanhado, paralela e cumulativamente, de outras políticas, é um processo que

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

felizmente, está a decorrer com compreensão e paz social, com mérito, quer da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, quer dos serviços, nomeadamente a área jurídica e a do Gabinete de Acção Social, que estabeleceram uma proximidade e uma grande transparência na explicação das decisões aos visados.

Trata-se de um processo de demolição de trinta casas... já foram demolidas quatro e tudo aponta para que, a muito curto prazo, venham a ser mais quatro. Tudo está a ser claro, transparente, com muito diálogo e humanismo; estamos absolutamente preparados e tranquilos para a possibilidade de poder haver algumas reacções de menor compreensão mas, acima de tudo, existe uma grande tranquilidade de consciência e tem havido a preocupação permanente de que todo este processo não se esgote no plano jurídico, mas paralelamente esteja a ser acompanhado no plano da explicação exaustiva.

Foi-me completamente impossível ter estado presente na Tomada de Posse do Senhor Presidente da Região de Turismo do Centro, o Dr. Pedro Machado, a quem tive o cuidado de telefonar, desejando-lhe no plano pessoal e no plano institucional as maiores felicidades, não obstante ter pedido ao Senhor Vice-Presidente Santos Mota para que o fizesse em nome do Município e adiantando-lhe que estamos absolutamente convencidos que a sua forma de estar na vida e a forma como tem estado na política, nos leva a pensar que a Região de Turismo do Centro ficará, não diria melhor, o Dr. José Manuel Alves era uma referência, mas ficará bem servida e com isso terão a ganhar, naturalmente, a este nível, as populações abrangidas pelo universo de intervenção da Região de Turismo do Centro.

Depois da explicação exaustiva e pormenorizada da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno em matéria de Educação, dizer-vos apenas que é visível que o Ano Lectivo 2006/2007, no nosso Concelho, se está a iniciar com normalidade e naqueles patamares de ensino/aprendizagem onde é mais visível a influência da Política Municipal de Educação e refiro-me, designadamente, ao Pré-Escolar e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, percebe-se que para além da normalidade com que se está a processar, há uma valorização evidente quer no estado em que se encontram as Escolas, quer na melhoria do seu equipamento em termos de tecnologias de novas comunicações, quer no humanismo habitual com que a Senhora Vereadora está a fazer o seu périplo por todas as Escolas, voltando de novo a dialogar com Encarregados de Educação, Docentes, no sentido de podermos tomar conhecimento de qualquer questão que, por vezes, sendo menor é maior para quem a sente, e podermos, assim, intervir em tempo útil.”

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “salientar a toda a Câmara Municipal o falecimento do Senhor Embaixador António Valente. O Senhor Embaixador António Valente teve raízes no Concelho de Soure, foi Embaixador de Portugal, nomeadamente em Moçambique e em Marrocos, faleceu há cerca de três semanas, não era uma figura muito vista pelo Concelho mas várias vezes privei com ele, nomeadamente em Marrocos e em Moçambique, enquadrado em comitivas oficiais e, sempre desde o primeiro minuto, quando notava que na comitiva estava alguém de Soure ele fazia questão de salientar os seus antecedentes na nossa vila. A família que ele ainda aqui tinha, deduzo que seja ali perto do Arco-Íris, ele falava muito da infância que passou no Concelho de Soure. O Embaixador António Valente é de uma família de Embaixadores, são dois irmãos, os dois com raízes no Concelho de Soure, o outro, para que possam ter uma ideia foi o Embaixador de Portugal na África do Sul, naquela altura em que por retaliação de África do Sul para com Portugal, o Embaixador Português teve que sair da África do Sul, foi uma situação política que todos acompanhámos há cerca de dez anos.

Tem-nos chegado algumas indicações de que a nascente do Ourão onde se capta fundamentalmente a água para Soure e para Pombal não estará nas melhores condições, por isso, solicitava que, embora em Concelho vizinho, pudesse averiguar, da maneira que os serviços camarários entendam como adequada, se efectivamente podemos ou não estar perante uma situação que possa, não diria colocar em causa, não se pretende qualquer alarmismo em relação a isto, mas se as condições ambientais e/ou até sanitárias serão as mais adequadas para uma zona onde se capta água para o abastecimento das populações.

O Centro de Saúde de Soure continua fechado, mau grado o envolvimento de toda a Câmara Municipal e o envolvimento das populações, o que é facto é que continua fechado, o que é facto é que se alguém tiver algum problema de noite vai ter que ir para Coimbra e debalde todo o esforço que temos feito. Há um facto que é esse, está fechado, é política do Governo pela qual discordamos, naturalmente, temos dado nota aqui nas reuniões de Câmara da nossa preocupação em relação a essa medida governamental que, mais uma vez, repudiamos e achamos que é completamente contrária aos interesses das populações. No entanto temos visto que um Governo que muito se apressou a fechar o Centro de Saúde de Soure, sublinha vossa excelência e certamente não é novidade para si que fomos dos primeiros Centros de Saúde a ser fechados, no Verão, sem poderem as populações corresponder numa atitude de defesa dos seus direitos que, naturalmente, é para ir de férias, muitos dos cidadãos porventura não estariam na Vila e no Concelho de Soure. Mas, um Governo tão lesto a fechar o Centro de Saúde de Soure, não tem



*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

sido assim tão rápido a encontrar uma solução para o mesmo e o que temos visto na comunicação social é que esse mesmo Governo tem sido lesto, isso sim, a encontrar Unidades de Saúde Familiar noutros Concelhos, nomeadamente, Concelhos vizinhos. Aquilo que lhe permitia sugerir Senhor Presidente, se é que precisa da minha sugestão, é que averigue junto do Governo se estão propaladas Unidades de Saúde Familiar, para uma delas vir para o nosso Concelho, para que as populações possam ficar menos preocupadas com aquilo que é a Saúde de cada um. Para terminar, o Portal da Câmara Municipal. Quando navego na Internet ainda não o encontro e aquilo que lhe sugiro é que desenvolva todos os seus esforços no sentido de que Soure tenha um Portal com dignidade, o que já acontece com a grande maioria dos Concelhos.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente ao Embaixador António Valente, e recordo que é justo que se diga que já não é a primeira vez que o Senhor Vereador no exercício de actividades municipais referenciou que esta personalidade com ligações a Soure sempre que consigo se tinha cruzado, ao contrário de muitos, fazia questão de vincar a sua ligação a Soure, até de forma orgulhosa. Penso que faz todo o sentido que recolhamos algumas indicações sobre a família e que possamos aprovar um voto de pesar, subscrevendo aquilo que foi o espírito da sua intervenção, e de fazê-lo chegar, naturalmente, à sua família.

Relativamente à nascente do Ourão dizer-lhe que eu não tenho nenhuma indicação nesse sentido dos serviços... a questão para nós não é, de forma alguma, negligenciável porque convirá recordar que, se é verdade que a Freguesia de Soure é servida de forma paralela e cumulativa por quatro captações, não o é menos, que uma das captações fundamentais é a do Ourão, embora esteja no vizinho Concelho de Pombal, e qualquer menos bom funcionamento que a pudesse afectar, afectaria também o nosso reservatório da Figueirinha que é essencial para o abastecimento de uma parte significativa da Freguesia; cuidarei de solicitar aos serviços que me informem, com urgência, sobre a existência ou inexistência, ou ocorrência de qualquer funcionamento em condições anómalas.

Relativamente à questão do não funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente... julgo que, no fundo, o que quis dizer foi que o Concelho de Soure, a Sede do Concelho continua, para desagrado de todos nós, com a inexistência de uma resposta de atendimento na área de Saúde no horário nocturno, das 22horas às 08horas. Nós estamos, Câmara Municipal, a acompanhar o que se está a passar e pensamos que decorridos alguns meses, deveremos procurar ter dados estatísticos que nos permitam com rigor sustentar ainda melhor aquilo que têm sido as nossas

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

manifestações evidentes de desagrado... paralelamente, deveremos insistir na possibilidade de contribuirmos para o surgimento de uma resposta alternativa, sendo certo que a Câmara Municipal não se pretende substituir ao Governo de Portugal numa atribuição que é do Governo de Portugal mas, perante um vazio evidente, não se poupará a esforços para que possa vir a ser encontrada/colocada em funcionamento uma solução prestadora de serviços alternativos.

Quanto à questão que referiu relativamente ao facto de nós termos aparecido como um dos Concelhos que integrou no Distrito um dos primeiros “pacotes” onde ocorreu o encerramento do SAP e, porventura, não haver a mesma rapidez na promoção do funcionamento de novas Unidades de Saúde Familiar, dizer-lhe que, neste momento, já tive algumas reuniões com os responsáveis da Saúde e, que, no final da primeira semana de Outubro deverá ter início formal o funcionamento de uma Unidade de Saúde Familiar no Concelho de Soure.

Como deve imaginar, não me queria substituir às autoridades de saúde, mas compreenderá que, como Presidente de Câmara, procuro saber o que é que se está a passar e tenho, de alguma forma, o cuidado de conhecer o calendário de intervenção não apenas de encerramento mas também da implementação de novas respostas.

Portal da Câmara Municipal de Soure... o site está pronto, estando condicionado, com um código de acesso. A curto prazo deverá ser entregue a cada Bancada, na Vereação e na Assembleia Municipal, um CD com a proposta de Carta Educativa que contém uma parte descritiva das Freguesias que é a mesma que está no site... logo após dever-se-á possibilitar a avaliação do site, para que qualquer Bancada nos possa sugerir ou alertar para qualquer indicação que esteja menos correcta.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “tive conhecimento que o movimento de moradores da zona do Marco do Sul, mesmo da localidade de Marco do Sul, pelo facto de morarem numa zona que é atravessada pela Auto-Estrada e nalguns casos passando mesmo junto das casas provocando um ruído incrível completamente perturbador do sossego a que tinham e a que têm direito, reclamam que lhes sejam colocadas, pela empresa responsável, protecções, bandas, protectores como vimos noutras zonas do Auto-Estrada.

Gostaria só de alertar a Autarquia para isto, uma vez que eles vão também colocar esta questão à Câmara Municipal de Pombal porque é mesmo no limite do Concelho de Soure com o de Pombal. Penso que era bom haver aqui um envolvimento das duas Autarquias mas, no que diz respeito a nós, deveríamos acompanhar esta situação.”

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “curiosamente ainda há pouco tempo estive com o Senhor Vice-Presidente Santos Mota numa reunião cultural de convívio debaixo desse grande viaduto que atravessa o Concelho de Pombal e ficámos na dúvida que parte é de Soure ou não... mas em relação à questão que colocou não tenho conhecimento que alguma vez tenha entrado na Câmara Municipal qualquer queixa. Quando andamos nas Auto-Estradas do país, nas zonas em que ela atravessa áreas residenciais, percebe-se que há bandas de isolamento sonoro. Vou tentar saber junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal para podermos, de alguma forma, apressar, se for caso disso, a intervenção no sentido da aplicação desses equipamentos de isolamento sonoro que vimos espalhados um pouco por todo o país.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 25.05.2006**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----*

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS 1.º CICLO**

**4.1. Escola de Figueiró do Campo  
- Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO  
ESCOLA 1.º CEB DE FIGUEIRÓ DO CAMPO  
ADJUDICAÇÃO

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

Por deliberação de 24.08.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas, apenas apresentou proposta a seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado	8.100,00	30 dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

#### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **8.100,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
08.09.2006

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.* -----

#### **4.2. Escola de Cotas/Freg. de Pombalinho - Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO  
ESCOLA 1.º CEB DAS COTAS  
ADJUDICAÇÃO

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

Por deliberação de 24.08.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (sem consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada, apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado	2.150,00	30 dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

#### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **2.150,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
11.09.2006

O Senhor Presidente referiu que: “propõe-se que ratifiquemos o despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, que autorizou a adjudicação da presente empreitada.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

#### **4.3. Escola de Vila Nova de Anços - Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO  
ESCOLA 1.º CEB DE VILA NOVA DE ANÇOS  
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 24.08.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas, apenas apresentou proposta a seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado	9.250,00	30 dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

#### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - De Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **9.250,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
08.09.2006

O Senhor Presidente referiu que: “é proposto que ratifiquemos o despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, que autorizou a adjudicação da presente empreitada.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

**Ponto 5. CULTURA**

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

. ESPAÇO INTERNET/WIRELESS  
. Aquisição de Equipamento Informático  
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CULTURA

ESPAÇO INTERNET/WIRELESS

AQUISIÇÃO DE 3 COMPUTADORES, IMPRESSORA DE REDE, SISTEMA WIRELESS E ADAPTADORES HI-FI  
ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 24.08.2006, recorrer à figura do **Ajuste Directo** com consulta, com vista ao fornecimento acima mencionado, tendo em conta que o valor estimado é inferior a 4.987,98€ - *cf. alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho* -.

Das três empresas consultadas, apenas duas apresentaram propostas:

<b>Empresa</b>	<b>Valor (euros)</b>
Realestudo, Lda	3.644,55
Lourisystems, Lda	-
Servidor - Informática	3.740,00

Tendo em conta o critério de análise das propostas - *unicamente o do preço mais baixo* -, sugere-se a adjudicação do presente fornecimento à firma Realestudo, Lda.

Não é obrigatória a realização de contrato escrito, uma vez que o valor da adjudicação é inferior a 49.879,79 euros - *vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho* -.

O presente procedimento está dispensado da audiência prévia nos termos do artigo 154.º do citado diploma.

Deste modo e considerando que foram cumpridas as formalidades legais aplicáveis, propõe-se:

1. A adjudicação do fornecimento à firma **Realestudo, Lda**, pelo montante de **3.644,55€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Autorização para a realização da despesa pelo montante atrás referido.

À Consideração Superior,  
O Chefe de Repartição  
(Gil Soares)  
08.09.2006

O Senhor Presidente referiu que: “propõe-se que aprovemos a adjudicação do presente fornecimento à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.* -----

**Ponto 6. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

**. CASAS MORTUÁRIAS – DAS PARÓQUIAS OU INSTITUIÇÕES  
- Apoios ao Investimento // 2006 (2)**

**HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

CASAS MORTUÁRIAS

DAS PARÓQUIAS OU INSTITUIÇÕES

Apoios ao Investimento // 2006 - (2)

**Proposta**

ENTIDADE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
Paróquia da Freguesia de Samuel - Comissão Fabriqueira da Capela de S. João Baptista	10.000 €

O Vice-Presidente  
(Santos Mota)  
2006.09.12

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal, no âmbito do que é aprovado em termos do Plano Plurianual de Investimentos, propõe-se a investir directamente ou apoiar investimentos em Casas Mortuárias no valor de sensivelmente 1,5% do investimento anual. Quando se tratam de apoios fazemo-lo para aproveitar um indiscutível efeito multiplicador... o Senhor Vice-Presidente Santos Mota tem acompanhado o aparecimento de uma Casa Mortuária que irá servir o centro da Freguesia de Samuel e aqui é visível que, num investimento que se aproximará dos 25.000,00 euros, de acordo com a informação dos técnicos, haverá um efeito multiplicador porque a Comissão terá sugerido ao Senhor Vice-Presidente a aprovação de um apoio de 10.000,00 euros.

Assim, é proposto que aprovemos este apoio ao investimento para o aparecimento de mais uma resposta social neste domínio.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. –*

**Ponto 7. PROTECÇÃO CIVIL**

**. GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**



*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

**- Acordo de Colaboração**

O Senhor Presidente referiu que: “como é do conhecimento de todos, no mandato anterior, funcionava ainda a antiga Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais. Em tempo útil, candidatámo-nos a um Acordo de Colaboração que foi aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara de 30 de Julho de 2005. Entretanto essa agência foi extinta, mas nós continuámos, evidentemente, a formar o Gabinete Técnico de Protecção Civil e abrimos o concurso necessário ao seu funcionamento. Em substituição da agência veio agora a Direcção Geral dos Recursos Florestais, concretamente, da Defesa da Floresta contra Incêndios que retomou esse processo e que nos fez chegar, em 28 de Agosto, um Acordo de Colaboração que, na prática, não é mais do que a repetição daquilo que havíamos aprovado com a Agência para a Prevenção de Incêndios e que não foi implementado com esse nome.

Assim, o que eu proponho é que se ratifique a subscrição deste Acordo de Colaboração absolutamente necessário ao funcionamento efectivo do Gabinete Técnico Florestal.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do presente Acordo de Colaboração.–*

**Ponto 8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

. FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2006

. Aluguer de Stand's - FATAÇIS

- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - MERCADOS E FEIRAS  
FESTAS DE SÃO MATEUS/FATAÇIS 2006  
ALUGUER DE STAND'S  
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 24.08.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura da **consulta prévia (a três fornecedores)** como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

As três empresas consultadas apresentaram propostas, devendo uma delas (REALSATND - Montagem de Feiras e Exposições, Lda) ser excluída por força do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 152.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, uma vez que não foi recebida dentro do prazo fixado.

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

EMPRESA	VALOR
MODELSTAND - Concepção e Montagem de Exposições, Lda	24.350,00
MULTITENDAS - Comércio e Aluguer de Tendas, Lda	25.000,00

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao estimado (24.400,00 euros), sugere-se a adjudicação da presente empreitada à empresa **MODELSTAND - Concepção e Montagem de Exposições, Lda**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente procedimento encontra-se dispensado de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

#### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. Exclusão da proposta apresentada pela empresa REALSATND - Montagem de Feiras e Exposições, Lda, por força do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 152.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
2. A **adjudicação** do presente fornecimento à empresa **Modelstand - Concepção e Montagem de Exposições, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **24.350,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
08.09.2006

O Senhor Presidente referiu que: “propõe-se que ratifiquemos o despacho do Senhor Vice-Presidente Santos Mota, que autorizou a adjudicação do presente fornecimento à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota. -----*

-----

#### **Ponto 9. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO**

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “na prática trata-se de um complemento da deliberação de 16 de Junho de 2006. Na altura, tive a oportunidade de dizer que, em função daquilo que foi o levantamento feito em termos nacionais das amortizações feitas em 2004, havia sido feito um rateio com um montante por Município, montante esse que poderia vir a ser corrigido através de informação complementar nos meses seguintes. Surgiu a informação complementar e na última reunião de Câmara já havíamos informado que comunicámos à DGAL a nossa intenção de utilizar na plenitude aquilo que era o reforço que nos foi atribuído.

Trata-se da contratação deste empréstimo, exactamente nos mesmos moldes e pelas mesmas razões do que aprovámos em 16 de Junho e decorrente da nova informação da DGAL. O enquadramento jurídico é o habitual, quanto ao enquadramento técnico o objectivo é, por insuficiência de tesouraria, adequar a duração dos capitais envolvidos à duração dos investimentos realizados.

Assim, o que eu proponho é que, nos termos da lei, aprovemos a autorização para a contratação de um empréstimo e a respectiva consulta ao mercado.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “um empréstimo desta natureza que nos é apresentado como dando suporte a um conjunto de projectos que aqui são transcritos, numa primeira fase, merecerá da nossa bancada uma avaliação positiva já que exceptuando, no nosso entendimento, o caso da Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira, o resto são investimentos de natureza pública que as populações certamente apreciarão pelo simbolismo ajustável a cada uma das operações, nomeadamente, os furos, os arranjos exteriores de uma Junta de Freguesia, as Casas Mortuárias.

Não vou, naturalmente, utilizar este tempo de antena para discutir a nossa apreciação estética sobre a Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira, já que, certamente, o nosso figurino para aquele espaço não seria esse. De qualquer maneira, aquilo que me apraz registar, nesta altura, é que é do nosso entendimento que situações desta natureza serão sempre avaliadas de uma maneira clara ou de uma maneira objectiva; não nos parece manifestamente que, em relação a outras situações, no caso do Polidesportivo da Palmeira, esse investimento público seja frutuoso para o Concelho; a concepção estética não é discutível; a designação do nome para aquele espaço não é discutível... para rematar, dizer-lhe que nos parece de certo ostensivo a alusão à designação do parque e à alusão ao acto inaugural do mesmo, compreenderá que me fico por observação. A iluminação do espaço é, no nosso ponto de vista, superior à

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

iluminação do próprio Castelo, o que me parece desajustado, porque o Castelo é um dos símbolos de Soure mas, de qualquer maneira, foi vossa excelência que a inaugurou e fará as placas que muito bem entende para inaugurar as suas obras, portanto, só nos limitamos a comentar e a não tirar daí as ilações que, porventura, poderíamos tirar. Este é o nosso entendimento sobre esta matéria, achamos que o caso da Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira não nos parece a obra pública que, num Governo desta Câmara exercido por nós, devesse ser feito, mas isso manda vossa excelência com as atribuições e a maioria que tem.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “evidentemente que com um Empréstimo de Médio/Longo para apoio ao investimento, só podemos (co)financiar investimentos que previamente foram inscritos e aprovados em Planos Plurianuais de Investimentos. Quanto àquele que referiu, e apenas porque o fez em particular, dizer-lhe que este investimento, concordemos com ele ou não - houve até fases em que alguns com ele concordaram e o aprovaram e dele agora discordam - teve na sua base inicial uma Candidatura a uma medida não quotizável, aprovada com um co-financiamento de 75%, também, um contrato-programa de 15% com o Governo de Portugal, na altura liderado pelo Dr. Pedro Santana Lopes, tendo ficado a Câmara Municipal com 10% e os trabalhos a mais. Evidentemente que este montante diz apenas e só respeito a trabalhos imprevistos que foram a todo o tempo aprovados em sede própria e não tem nada a ver com aquilo que foram os co-financiamentos aprovados para o mesmo.

Já tivemos a oportunidade de conhecer a opinião do Senhor Vereador sobre este investimento em diferentes momentos, que nem sempre foi a mesma, mas, evidentemente, todas as opiniões sobre quaisquer investimentos são discutíveis.

Aquilo que importa é que estamos a falar de um empréstimo para (co)financiar investimentos que foram, concordemos ou não com eles, aprovados em sede de Plano Plurianual de Investimentos.

Se perguntarem se foi exactamente o Presidente da Câmara Municipal, nesta possibilidade de adequarmos a duração dos capitais, à duração dos investimentos, que escolheu estes, em concreto... constata-se que não, pela simples razão de que não é difícil irmos aos investimentos em curso ou aos recentemente terminados e “escolher” 200.000,00 euros... sendo que se trata de um complemento daquele primeiro empréstimo que aprovámos em Junho e que havia, de alguma forma, feito uma partilha por diferentes áreas...”

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “trata-se de um documento muito bem feito pelos serviços da nossa Autarquia e esclarecedor para quem não domina estes assuntos. Fiquei a saber, pelo esclarecimento que o Senhor Presidente acabou de dar sobre a natureza dos investimentos municipais que aqui estão, que poderão ser estes, mas poderão, eventualmente, ser outros desde que estejam inscritos e aprovados em Plano Plurianual de Investimentos.”

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a proposta de Contratação de um Emprestimo a Médio/Longo Prazo para Apoio ao Investimento e proceder à respectiva Consulta ao Mercado. -----*

**Ponto 10. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS**

**. Programa Foral**

**- Aprovação de Candidaturas**

O Senhor Presidente referiu que: “em Junho do corrente ano demos conhecimento da apresentação de duas Candidaturas ao Programa Foral: Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho; Implementação do Sistema de Informação Geográfica. Na altura observámos que a apresentação destas Candidaturas era uma excelente aposta e agora, como podem constatar, foram-nos enviados dois ofícios, em final de Agosto, com a notificação de aprovação e um termo de aceitação. A Câmara Municipal, através da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, já subscreveu o Termo de Aceitação, porque havia um período de 15 dias para o devolver à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

As Candidaturas foram aprovadas a 99% da forma como entraram, e portanto, revela que houve, também na sua elaboração, um rigor técnico que cumprirá sempre realçar.

Do que se trata é que, relativamente a cada uma destas Candidaturas, ratifiquemos a subscrição do Termo de Aceitação.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de me congratular, e penso que todo o Executivo, com a aprovação destes projectos. Em relação ao primeiro do DIQUAL QASST foi aprovado uma formação a três sistemas: ao Sistema de Gestão de Qualidade; Sistema de Gestão Ambiental e ao Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho. Nós “ganhámos” uma candidatura à formação dos três sistemas,

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

isto é tanto mais importante tanto quanto eu possa aqui esclarecer que muitas das Autarquias que neste momento estão a fazer esta formação ou Candidatura a esta formação, estão a candidatar um só sistema e nalgumas áreas, por exemplo, atendimento ao público e obras. Nós somos a primeira Câmara do país, e temos muito orgulho em dizer isso, que faz uma Candidatura aos três sistemas, é uma grande aposta na formação e na valorização dos nossos recursos humanos, é uma grande aposta na modernização de todo o funcionamento da Autarquia mas é, acima de tudo, uma grande melhoria na resposta dada aos Municípios.

Para além disto, gostaria também de dizer que esta Candidatura, que vai envolver toda a Câmara Municipal e que vai ser um esforço muito grande pelas pessoas que estarão envolvidas directamente mas também indirectamente nesta formação, vem-se cruzar com coisas que, neste momento, estão a acontecer não só na nossa Autarquia como em todas. Falando da nossa, é a definição do plano estratégico que estamos neste momento a trabalhar e sobre o qual já tivemos algumas reuniões contando com a aprovação desta Candidatura mas também a implementação do SIADAP, ou seja, do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública. Penso que se cruzam aqui, neste momento, três assuntos que são complementares, que vêm trazer uma excelente melhoria ao funcionamento dos nossos serviços.

Sobre o SIG é um projecto que irá decorrer em três meses, é também um financiamento estratégico, a Câmara Municipal é a entidade proponente das duas Candidaturas; é também uma grande aposta na modernização dos serviços, na qualificação dos nossos técnicos mas é, efectivamente, uma ferramenta nos dias de hoje para a Autarquia e para os seus serviços na área do Planeamento, Educação, Ambiental... penso que nenhuma área fica de fora do Sistema de Informação Geográfica.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a nossa bancada apoia os projectos que nos são apresentados, mas sobre este último, gostaria de solicitar um esclarecimento. Já que o Sistema de Informação Geográfica é, nomeadamente, importante na definição, no retalhamento daquilo que é a aplicação do IMI no Concelho de Soure, queria perguntar-lhe como é que estão os trabalhos da Comissão do IMI, se é que têm produzida documentação sobre essa matéria, já que, naturalmente, até nós ainda não nos chegou nenhum relatório dos trabalhos efectuados por essa Comissão. Perguntava-lhe directamente se tem alguma coisa para nos informar sobre isso.”

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “quanto ao que disse a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos importa enfatizar que não foram palavras da própria Câmara Municipal, foi a própria representante técnica da AIP - Associação Industrial de Portugal que concebeu e depois essa concepção foi aproveitada, o DIQUAL QASST. O que disse é que, de facto, é a primeira vez que aparece uma Câmara Municipal a apostar em simultâneo em três vertentes: Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho e que ao fazê-lo estaria a realizar um correcto aproveitamento de sinergias e de economias de escalas. Também no domínio desta Candidatura, a substituição do avulso à peça por uma aposta integrada com as sinergias e as economias de escala que daí advém. Penso que importa este pequeno preciosismo, é que não é a Câmara Municipal, de ânimo leve, que o está a afirmar, a Câmara Municipal está aqui apenas a reproduzir afirmações feitas que, naturalmente nos agradaram, mas que foram feitas pela AIP.

Quanto à questão do Sistema de Informação Geográfica... evidentemente que os trabalhos que resultarão da cartografia de todo o Concelho ainda não influenciarão aquilo que vier a ser a proposta ou as propostas que iremos discutir na próxima reunião de Câmara e que também terá em linha de conta a troca de impressões, ideias e o debate até, que resultou das reuniões que ocorreram da Comissão do IMI. Nessas duas reuniões não se tratou de fazer os relatórios: na primeira, avaliámos a ambiência legal aplicável, trocámos exaustivamente pontos de vista; entrámos nalguns pormenores, mas percebeu-se que neste primeiro ano, por inexistência de elementos que permitissem, perante a elasticidade decorrente da lei, apostar muito na majoração e na minoração, portanto, na penalização e no estímulo, que só o poderíamos fazer em áreas demarcadas cuja identificação está pré-definida como esta ou aquela Freguesia se fosse caso disso ou, porventura, uma zona claramente demarcada como a Zona Histórica da Sede do Concelho de Soure.

As ideias que havia para trocar estão absolutamente trocadas, certamente que iremos promover ainda uma última reunião, da qual poderá resultar uma recomendação de uma proposta consensual. Seria saudável e desejável que assim acontecesse mas, de facto, há que distinguir entre aquilo que seria a proposta ideal no domínio das tais penalizações e os estímulos da proposta possível, em termos de, perante a lei, os elementos que dispomos para demarcar de forma exequível na prática áreas que quiséssemos penalizar ou incentivar.”

*17.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Setembro de 2006*

**10.1. PROJECTO “DIQUAL QASST”**

- . Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente E Saúde e Segurança no Trabalho
  - Termo de Aceitação

*Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do presente Termo de Aceitação.--*

**10.2. PROJECTO “SIG”**

- . Implementação do Sistema de Informação Geográfica
  - Termo de Aceitação

*Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do presente Termo de Aceitação.--*